



AJUDA MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO DO CONSELHO DO PROJETO GEF-MAR

Brasília, outubro de 2017

Lista de siglas:

ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

ACRE - Área de Conservação e Reprodução de Espécies

AMCP - Área Marinha e Costeira Protegida

BIRD – Banco

CIRM - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CONFREM – Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos

Extrativistas Costeiros e Marinhos

CP – Conselho do Projeto

DAP – Departamento de Áreas Protegidas

DECO – Departamento de Conservação de Ecossistemas

DESP – Departamento de Conservação e Manejo de Espécies

DIBIO – Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

DIMAN - Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

FUNBIO - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Global Environment Facility

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MB – Marinha do Brasil

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

MD – Ministério da Defesa

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

PO – Plano Operativo

SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca

SBio – Secretaria de Biodiversidade do MMA

SECIRM – Secretaria Executiva da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

UCP – Unidade de Coordenação do Projeto

UC – Unidade de Conservação

UIP – Unidade de Implementação

WWF - World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza)

Memória da 3ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar

Foi realizada no dia 27 de setembro de 2017, no Ministério do Meio Ambiente – MMA em Brasília, a 3ª reunião do Conselho do Projeto (CP) GEF-Mar. Para direcionamento da reunião foi acompanhada a seguinte pauta:

10:00	Abertura: boas vindas, apresentação dos participantes e revisão da pauta da reunião
10:30 – 12:30	Apresentação do andamento do projeto (relatório de progresso do 1º semestre de 2017) e Revisão dos encaminhamentos da reunião anterior
10:30	Subcomponente 1.1 - Definição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies (DESP/MMA)
11:15	Subcomponente 1.1 – Revisão das áreas costeiras e marinhas prioritárias para conservação (DECO/MMA)
12:00	Apresentação do Programa de Voluntariado do ICMBio
12:30	Almoço
14:30 – 18:30	Apresentação do andamento do projeto (relatório de progresso do 1º semestre de 2017) e Revisão dos encaminhamentos da reunião anterior (continuação)
14:30	Subcomponente 1.1 – Criação de UCs (SBio/MMA e DIMAN/ICMBio)
15:35	Subcomponente 1.2 – Consolidação de UCs (DAP/MMA e DIMAN/ICMBio)
16:30	Subcomponente 4.1 – Execução financeira do Projeto (FUNBIO)
17:00	Subcomponente 2 – Sustentabilidade financeira (DAP/MMA)
17:30	Revisão dos encaminhamentos da reunião anterior não abordados nas apresentações
18:00	Próximos passos e proposta de agenda
18:30	Encerramento

Tabela 1: Pauta da 3ª reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar.

Warwick Manfrinato (Diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente – DAP/MMA), fez a abertura da reunião dando as boas-vindas e informando a pauta da reunião.

Na sequência, todos os participantes se apresentaram:

Lista de presença da 3ª Reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar**Data: 27 de setembro de 2017****Local: Ministério do Meio Ambiente/ Brasília - CT 01**

Nome	Órgão/unidade	E-mail	Telefone
Adriana Moreira	BIRD	amoreira@worldbank.org.br	(61) 3329-1009
Adriana R. Dias	ICMBIO/DIMAN	adriana.leao@icmbio.gov.br	(61) 2028-9647
Alexander Turra	IO-SP	turra@usp.br	(11) 99962-8482
Ana Paula Prates	ICMBIO/DIBIO	ana.prates@icmbio.gov.br	(61) 2028-9059
Andrei Polejack	MCTIC	andrei.polejack@mctic.gov.br	(61) 2033-7612
Andrea Varella Teixeira	MMA/DESP	andrea.varella@mma.gov.br	(61) 2028-2302
Anna Carolina R. Lins	ICMBIO/COPAN	carolinalins.icmbio@gmail.com	(61) 2028-9304
Bernardo Brito	ICMBIO/COCUC	bernardo.brito@icmbio.gov.br	(61) 2028-9221
Betânia Santos Fichino	MMA/SBIO/DAP	betania.fichino@mma.gov.br	(61) 2028-2565
Carlos Alberto Pinto Santos	COFREM Brasil	cofrembrasil@gmail.com	(73) 99949-0963
Daniela Leite	FUNBIO	daniela.leite@funbio.gov.br	(21) 2123-5311
Fernanda F. C. Marques	FUNBIO	fernanda.marques@funbio.gov.br	(21) 213-5361
José Conceição de Jesus	COFREM Bahia	zecedoveleiro@gmail.com zecedoveleiro@hotmail.com	(73) 99134-4077 (73) 98808-6602
José Pedro de Oliveira Costa	SBIO/MMA	jose.pedro@mma.gov.br	
Julia Zapata Rachid Dau	ICMBIO/Dinas	julia.zapata@icmbio.gov.br	(61) 2028-9018
Luiz Ferraro	SEMA-BA/ABEMA	luiz.ferraro@sema.ba.gov.br	(71) 3115-6106
Maria Teresa de Jesus Gouveia	Instituto Coral Vivo	teresa.gouveia@coralvivo.org.br	(21) 9896-95261
Mariana Cora	WWF-Brasil	marianacora@wwf.gov.br	(11) 96064-5765
Rafaela Pires	MTPA/SEPE	rafaela.pires@transportes.gov.br	
Renato Lima F. Sampaio	MME/RG	renato.sampaio@mme.gov.br	(61) 2032-5815
Renata Medeiros	CNI	rmedeiros@cni.org.br	(61) 3317-9250
Sandra S. Sousa	MDIC/SAP	sandra.sousa@mdic.gov.br	(61) 98500-1281
Teresa Cristina C. Soares	MD/EMA	teresa.cristina@marinha.mil.br	(61) 3429-1394
Ugo Vercillo	MMA/DESP	ugo.vercillo@mma.gov.br	
Vitória Régia Coelho Costa	SECIRM	vitória.regia@marinha.mil.br	(61) 3429-1876
Warwick Manfrinato	MMA/SBIO/DAP	warwick.manfrinato@mma.gov.br	(61) 2028-2528
Wilma S. Cruz	MME/SPG	wilma.cruz@mme.gov.br	(61) 2032-5278

Tabela 2: Lista de presença da 3ª reunião do Conselho do Projeto GEF-Mar.

Ao final das apresentações, Maria Teresa Gouveia (Instituto Coral Vivo) informou que havia recebido uma denúncia sobre irregularidades no processo de seleção dos bolsistas do Projeto e solicitou que essa questão fosse incluída na pauta. Os representantes do Funbio, ICMBio, MMA e BIRD esclareceram o ocorrido e informaram que a questão já havia sido devidamente encaminhada e respondida pelas instâncias adequadas do ICMBio, MMA e Funbio.

Na sequência, Ugo Vercillo (DESP/MMA) solicitou uma alteração na Ajuda Memória da reunião anterior, em relação à recomendação nº 09: “Implementar ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação”, justificando que a atribuição do DESP no projeto é a de

definição de ACREs e que a atividade de elaboração de planos de recuperação para espécies ameaçadas é uma estratégia para a identificação das ACREs, mas o subcomponente que o DESP atua no projeto não prevê efetivamente a implementação as ações previstas nos planos e que não existe recurso previsto ou disponível para tal medida. Sugeriu que fosse verificado no âmbito do subcomponente de implementação de UC.

Carlos Alberto Santos (CONFREM) ressaltou que essas ações são possíveis e necessárias, enquanto Luiz Ferraro (ABEMA) refletiu que essa solicitação de ajuste demonstra a incapacidade do estado de implementação de ações relacionadas à gestão pesqueira. Ugo Vercillo informou as ações promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente não estão restritas ao projeto GEF MAR e que várias outras ações estão sendo executadas, e que a gestão pesqueira não é uma atribuição exclusiva do MMA.

Foi definido que a redação da recomendação será alterada para “coordenar a implementação de ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação” e que a implementação de fato teria apoio do ICMBio, CONFREM e estados.

Recomendações

1. UCP: ajustar a recomendação número 09, da ajuda memória da reunião anterior, para: “coordenar a implementação de ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação”;

Na sequência, Carlos Alberto Santos (CONFREM) solicitou um posicionamento do BIRD em relação ao caráter consultivo do Conselho do Projeto, o que foi colocado na pauta para ser discutido após apresentação do andamento do Projeto.

Seguindo para o ponto seguinte da pauta, Luciane Lourenço (DECO/MMA) fez uma apresentação sobre o avanço nas atividades realizadas pelo Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO/MMA) para revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação Marinha e Costeira (anexo), informando o encaminhamento que a equipe havia dado às recomendações do Conselho ao tema na reunião anterior. Tais encaminhamentos encontram-se sistematizados ao final dessa ajuda memória.

Maria Teresa Gouveia (Coral Vivo) expôs a preocupação com o comprometimento da participação social no processo, pela eliminação de oficinas em função da necessidade de ajuste do orçamento previsto.

Sandra Sousa (SAP) se colocou disponível para apoio à equipe do DECO/MMA no processo de revisão das áreas prioritárias. Informou que mesmo sem muita informação disponível na Secretaria de Pesca, podem construir em conjunto. Informou ainda que irão contratar dez consultores sobre o tema e que pode enviar ao DECO/MMA uma relação com os objetivos das consultorias e seus resultados à medida que sejam desenvolvidas. Além disso, reforçou que antes da seleção dessas consultorias o MMA, IBAMA E ICMBio foram consultados sobre as atividades e consultorias vigentes e previstas sobre o tema para não haver sobreposição de ações, e que haviam recebido retorno somente do IBAMA e MMA. Julia Zapata (DIMAN/ICMBIO) e Ana Paula Prates (COPAN/ICMBio) informaram que no caso dos consultores contratados pelo ICMBIO, não há sobreposição de produtos, pois os mesmos foram contratados apenas para realizar os diagnósticos previstos para o processo de criação de novas áreas, mas de qualquer forma ficaram de procurar por essa demanda para responder.

Carlos Alberto Santos (CONFREM) sugeriu que para a revisão sejam aproveitadas as cartografias sociais feitas junto com comunidades pelo Brasil todo. A metodologia teve início com o pesquisador Alfredo Vagner, por meio de um projeto do CNPq, mas atualmente já foi difundido em diversas universidades.

Teresa Cristina Soares (EMA) reforçou a importância de que o processo considere as cartas náuticas.

Luiz Ferraro (ABEMA) reforçou a importância de compartilhamento dos dados com os Estados e informou que já havia conversado com a WWF (contratada pelo MMA para apoio no processo de revisão das Áreas Prioritárias) para que o foco não seja exclusivamente em dados biológicos e de conservação,

mas que também incluía as demais agendas, permitindo a análise e a elaboração de mapas de áreas prioritárias para outras frentes como pagamentos por serviços ambientais, pesca artesanal, entre outros.

Alexander Turra (IO-USP) lembrou que também deve ser considerado o mapa do diagnóstico da zona costeira, elaborado no âmbito da CIRM, e que se encontra em processo de atualização. Além disso, informou que a UFPR, juntamente com o CEPESUL, tem trabalhado com a metodologia Socmon para envolvimento das comunidades, e se disponibilizou a enviar e-mail ao DECO com mais informações de como essa metodologia pode ser utilizada.

Adriana Moreira (BIRD) lembrou que um dos aspectos inovadores do Brasil na metodologia de estabelecimento de áreas prioritárias para a conservação (surgido no Projeto Probio I), foi a utilização das informações sobre recursos biológicos como base da análise, mas incorporados à visão dos demais setores da economia no espaço, entendendo como importante recuperar essa visão no processo de revisão dessas áreas.

Luciane Lourenço (DECO/MMA) acolheu as considerações levantadas e reforçou que a base do trabalho considera a participação dos diferentes atores, em momentos distintos da metodologia para a revisão das áreas, e que o resultado final deve apresentar a definição de ações específicas para cada área, permitindo a obtenção de diversos mapas a partir dos dados sistematizados.

Recomendações

2. Secretaria de Pesca: enviar ao DECO/MMA uma relação com os objetivos das dez consultorias contratadas na área de gestão pesqueira e seus resultados à medida que sejam desenvolvidas;
3. DECO/MMA: considerar quais sugestões apresentadas pelos conselheiros podem ser incorporadas pela metodologia de revisão de Áreas Prioritárias para a Conservação:
 - a. cartografias sociais feitas junto com comunidades;
 - b. cartas náuticas;
 - c. mapa do diagnóstico da zona costeira, elaborado no âmbito da CIRM;
 - d. metodologia Socmon;
 - e. inclusão de informações de diversos setores, permitindo a análise e a elaboração de mapas de áreas prioritárias para outras frentes como pagamentos por serviços ambientais, pesca artesanal, entre outros;

Na sequência, como na reunião anterior havia sido proposto que o Projeto considerasse a possibilidade de programas de voluntariado para apoiar o desenvolvimento de suas ações, a equipe da DIMAN/ICMBio apresentou o Programa de Voluntariado do ICMBio, que apoia a implementação de ações do órgão.

Alexander Turra (IO-USP) informou que o programa de voluntariado do ICMBio também é um apoio a formação de alunos de cursos para o mar e que já enviou a informação ao PPGMar.

Na sequência da pauta, Andrea Teixeira (DESP/MMA) apresentou as ações que o DESP/MMA vem desenvolvendo na linha de definição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies – ACREs (anexo).

Após apresentação, Ugo Vercillo (DESP/MMA) informou que o DESP está trabalhando no entendimento dos quesitos necessários para que as ACREs possam contribuir com meta 11, por meio de um projeto com o PNUMA com apoio do WCMC.

Teresa Cristina Soares (Marinha) apontou a necessidade de levar para a CIRM, por meio do Revimar os assuntos comentados, para que a marinha possa contribuir. Reforçou a importância de usar esse espaço na CIRM para tais discussões..

Carlos Alberto Santos (CONFREM) ressaltou que o levantamento de pesca artesanal é um universo muito grande e que os consultores contratados podem ser poucos. Dessa forma, questionou sobre a metodologia e tempo para mapeamento da pesca artesanal e como será feito o envolvimento com as comunidades e as articulações nacionais e regionais. Também reforçou a necessidade de usar a

nomenclatura “Área de Conservação e Reprodução de Espécies – ACRE” ao invés de “Zona de Exclusão de Pesca” e de que as atividades sejam integradas com a revisão das Áreas Prioritárias. Ugo Vercillo (DESP/MMA) esclareceu que os consultores irão trabalhar apenas com dados secundários. Também informou que tem sido usado o termo “ACRE” sempre que possível, utilizando “Zona de Exclusão de Pesca” apenas quando é necessário fazer relação com a legislação (conforme o Decreto do PNAP – Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006), que usa esse termo. Além disso, informou que as atividades estão sendo desenvolvidas em articulação com as atividades de revisão de áreas prioritárias. Mariana Corá (WWF) reforçou que o cronograma para a revisão das áreas prioritárias foi inclusive revisto para garantir essa integração. Carlos Alberto Santos (CONFREM) solicitou que sejam considerados para as atividades de definição de ACREs as mesmas considerações feitas para as atividades de revisão de áreas prioritárias no que se refere à importância do envolvimento com as comunidades no acompanhamento das ações.

Adriana Moreira (BIRD) ressaltou que as atividades apresentadas são muito importantes para o Projeto, pois estão relacionadas à obtenção de recursos para continuidade do mesmo. Entende que o recurso de doação é ainda mais importante no cenário atual, devido às limitações orçamentárias do governo brasileiro, mas que, para que o Projeto tenha continuidade é importante cumprir com seus objetivos e ações voltadas para a ampliação das áreas protegidas na zona marinha e costeira, acelerando os processos que estão muito lentos. Lembrou que além da necessidade de dados sistematizados das áreas marinhas, advindas dos processos de definição de ACREs e revisão das Áreas Prioritárias para a Conservação Marinha e Costeira, também deve-se considerar as oportunidades para criação. Reforçou, ainda, a importância da participação da Petrobrás no Projeto tanto com o aporte de dados para a revisão das Áreas Prioritárias, como com os recursos *cash* previstos para o Projeto, que permitirão o apoio às atividades necessárias. Informou que a falta de confirmação dessas contrapartidas está levando a uma situação muito complicada junto ao GEF, principalmente com a revisão de meio termo do Projeto que será realizada em breve. Por fim, reforçou a necessidade de se pensar em ações “em escala”, como a contratação de consultores que possam trabalhar em mais de um objetivo, o aproveitamento de mobilizações e oficinas para mais de um objetivo, entre outros. Questionou o uso de grande quantidade de recurso em algumas ações pouco efetivas como o investimento para criação do Santuário de Baleias.

José da Conceição (CONFREM) ressaltou que o Projeto precisa pensar ações que gerem resultados palpáveis para as comunidades locais.

Alexander Turra (IO-USP) ressaltou que a definição das ACREs contribui com a ideia de um mosaico de áreas protegidas novas e existentes. Entretanto, é importante pensar em como fazer com que esse arranjo seja efetivo, uma vez que as UCs são regulamentadas por meio do SNUC e geridas apenas pelo MMA, ICMBio e OEMAs e as ACREs tem gestão compartilhada entre MMA e Secretaria de Pesca (atualmente no MDIC). Reforçou que é importante que essa integração se dê na gestão das áreas e não apenas na contabilidade da meta. Ugo Vercillo (DESP/MMA) informou que esse é o objetivo do seminário que vem sendo proposto por meio do Projeto com o PNUMA com apoio do WCMC: verificar como outros países tem lidado com essas questões e ver como isso pode ser aprimorado no Brasil.

Sandra Sousa (SAP) e Rafaela Pires (MTPA) questionaram sobre a metodologia e viabilidade de execução das atividades da consultoria voltada para o PREPs, uma vez que entendem que o estado atual do sistema não permite a obtenção de dados completos e confiáveis. Ugo Vercillo (DESP/MMA) esclareceu que o objetivo da consultoria é identificar áreas de maior uso da pesca industrial, o que será feito por meio de uma metodologia já realizada pelo IBAMA, que considera dados pretéritos do PREPs.

Teresa Cristina Soares (EMA) também questionou como se pretende utilizar os dados do PREPs, considerando que o sistema é deficitário e tem muitas restrições. Além disso, ressaltou a importância de que o projeto pudesse apoiar a melhoria do sistema PREPs. A estimativa inicial feita é de que seria necessário 3 milhões de reais, mas esse orçamento poderia ser ajustado para alguns itens mais importantes, de acordo com a disponibilidade de recurso do Projeto, entendendo como importante partir do pressuposto de modernizar o programa antes de usar os dados, pois muito dos dados tem alertas falsos, devido as deficiências do sistema (Solicito acrescentar esta informação).

Luiz Ferraro (ABEMA) destacou que a metodologia utilizada para o zoneamento ecológico econômico reconhece que diferentes escalas de informações demandam diferentes escalas de gestão. Dessa forma,

recomendou que seja reconhecido que os dados do PREPs são frágeis, usando-se a consultoria que irá se basear nesses dados como um estudo inicial, que deve ser feito por não termos dados mais robustos disponíveis, mas que serão necessários novos dados para fortalecer esses estudos posteriormente.

Ugo Vercillo (DESP/MMA) esclareceu que para uma ACRE ser estabelecida, precisa-se passar por um longo processo, que inclui a avaliação das propostas por comitês específicos que envolvem pescadores e setor científico. Informou que esses dados da consultoria são os primeiros dados que estão sendo levantados, para propor onde deveriam ser as ACREs, para que as propostas possam seguir todo o trâmite necessário antes da elaboração da Portaria, que também é assinada pela Secretaria de Pesca. Dessa forma, sugeriu que sejam adotadas duas estratégias: uma de utilizar os dados atualmente disponíveis no PREPS para dados pretéritos; e outra de melhorar o sistema PREPs para fornecimento de dados futuros. Para essa segunda estratégia, ressaltou a importância de envolvimento do MMA, MDIC, IBAMA e Marinha, indo além da capacidade de atuação apenas do DESP. Por fim, sugeriu que as reuniões do Conselho do projeto se focassem nos objetivos e componentes do Projeto, para que a reunião não perdesse o foco ao discutir a gestão pesqueira brasileira como um todo. Explicou que entende que o aporte de recurso para o apoio à criação do Santuário de Baleias foi pequeno e não afetará as metas comprometidas pelo DESP, assim como para a consultoria contratada para sistematizar os dados pretéritos do PREPs, que não deve ser descartada em troca do investimento na melhoria do PREPs, mas que deveriam ser ações paralelas.

Adriana Moreira (BIRD) reforçou que o foco deve ser em ações que garantam atingimento de metas maiores, mas esclareceu que também não vê objeção à contratação do consultor para sistematizar os dados pretéritos enquanto se pensa numa estratégia para a melhoria do sistema PREPs para dados futuros. Concordou com a importância do uso do recurso do Projeto para essa ação, mas pontuou que precisa ser considerada a limitação de recursos atuais do projeto e analisado como pode ser pensado esse apoio. Nesse sentido, pontuou que seria importante a verificado os custos para modernização do PREPS, uma vez que o considera um sistema estratégico para o País.

Andrei Polejack (MCTIC) informou que na última reunião do Comitê Permanente de Gestão (CPG) de atuns o representante da indústria se propôs a organizar os dados e disponibilizá-los, uma vez que o Brasil está prestes a receber uma notificação da FAO por falta de dados sobre o atum. Informou também que dessa forma terão dados mais confiáveis para o atum e que outros comitês estão fazendo o mesmo, mas que ainda falta articulação para divulgação e utilização desses dados. Sandra Sousa (SAP) informou que com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, a gestão da pesca está sem um *locus* definido, mas que a equipe técnica tem se esforçado para encaminhar as questões relacionadas aos CPG e outros temas citados como pendentes de atuação, mas que devido ao pequeno tamanho da equipe (quatro técnicos) nem tudo tem sido possível. Andrei Polejack (MCTIC) reconheceu o esforço dos técnicos da Secretaria de Pesca e ressaltou que o problema está na falta de foco para a agenda dada pelo governo brasileiro, que inclusive pode levar a impossibilidade do atingimento do ODS 14, uma vez que a maioria das questões são relacionadas à pesca.

Recomendações

4. MMA: Apresentar as ações de revisão das áreas prioritárias no Revimar;
5. MMA, MDIC, IBAMA e Marinha: pensar em estratégia de melhorar o sistema PREPs para fornecimento de dados futuros;
6. Marinha: verificar discrepâncias do Sistema PREPS e elaborar proposta de modernização do sistema

Em relação à contrapartida da Petrobras ao Projeto, Renato Sampaio (MME) informou que a questão foi discutida entre MME e MMA. Entretanto, esclareceu que a Petrobras possui governança própria e o MME não pode intervir em todos os assuntos. Além disso, o acordo para a contrapartida havia sido feito em 2014 e muitas coisas mudaram desde lá. Sugeriu que a questão seja tratada em alto nível, com a diretora de exploração e produção no MME e o Presidente da Petrobrás. Explicou que a Petrobras tem ritos próprios de análise que podem não atender ao prazo do programa. Ressaltou que convidaram a

Petrobras para participar da reunião, mas que o representante não pôde comparecer e destacou a importância de se estabelecer uma relação de confiança entre os órgãos. Warwick Manfrinato (MMA) esclareceu que entende que o MME não é responsável pelas ações da Petrobras, mas sim um elo importante na conversa com a instituição. Informou que já existe uma negociação no alto nível, mas que também é importante apresentar para esse fórum (CP). Adriana Moreira (BIRD) informou que está articulando com a presidência do GEF e o alto nível do BIRD para solicitar uma reunião da presidência da Petrobras para tratar sobre o Projeto.

Renato Sampaio (MME) lembrou a proposta da Petrobras de ser utilizado recurso de compensação ambiental como contrapartida. Adriana Moreira (BIRD) sugeriu que essas questões sejam levantadas e realizada uma reunião entre BIRD, MMA e MME antes do agendamento da reunião com a Petrobras.

Recomendações

7. MMA e BIRD: Realizar reunião para discutir contrapartida da Petrobras e articulação em alto nível visando solucionar a questão;

No período da tarde, a reunião do Conselho contou com a participação do Secretário de Biodiversidade e Florestas, José Pedro de Oliveira Costa (SBio/MMA) que reforçou sua preocupação com Petrobras e informou que está dando encaminhamento junto ao ministro. Ressaltou que o MMA tem grande preocupação de cumprir compromisso junto ao GEF, inclusive por estar pleiteando novo Projeto para o GEF-7.

Na sequência, José Pedro de Oliveira (SBio/MMA) comentou sobre o artigo publicado recentemente sobre a iniciativa azul por João Lara Mesquita, no jornal Estadão, com críticas à estratégia que o MMA e ICMBio tem adotado para a expansão e consolidação do sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas e esclareceu que a Secretaria de Biodiversidade tem realizado diversas atividades focadas no mar. Entre elas, citou a contratação de cinco consultorias para realização de estudos para propostas de criação na área marinha, já apresentadas ao MME e Marinha na CIRM; o reconhecimento de uma área do litoral perto da Ilha de Marajó como sítio Ramsar; propostas de criação de cinco novas Resex no litoral do Maranhão e Pará; o desenvolvimento de um trabalho para reconhecimento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como sítio do patrimônio; e uma proposta de criação de sítio do patrimônio da humanidade para Parati e Angra dos Reis/RJ. Também ressaltou a preocupação com a cordilheira dorsal atlântica, que precisa de maior conhecimento e visão de monitoramento e conservação integrada (Argentina, Uruguai, Gabão e Brasil), informando que será realizado um trabalho integrado na área com apoio do MCTIC.

Além disso, lembrou que estão trabalhando na proposta da criação do Santuário de Baleias juntamente com Argentina, Uruguai, Gabão e África do Sul e em uma proposta feita pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA para reconhecimento de uma nova Reserva da Biosfera na região de Vitória-Trindade. Esclareceu que ainda irão consultar formalmente o MME, a Marinha e o MCTIC, no âmbito da CIRM, de forma que a proposta não deve ser encaminhada até 30 de novembro, como primeiramente proposto. Por fim, esclareceu que Reserva da Biosfera não é considerada uma área protegida e não se baseia em uma convenção, mas que se trata de um programa da Unesco.

Por fim, informou que durante participação do 4º International Marine Protected Areas Congress – IMPAC 4, percebeu um grande crescimento de áreas protegidas no Oceano Pacífico e poucas no Oceano Atlântico, ressaltando a importância de ações nessa direção.

Vitória Régia (SECIRM) ressaltou que o arquipélago de São Pedro e São Paulo é permanentemente habitado pela Marinha, que envida grande esforço para que isso seja garantido, da mesma forma como é feito para a Ilha de Trindade, com um posto da marinha e destacamento de mais de 60 militares, além de um posto científico. Andrei Polejack (MCTIC) informou que o próximo passo para o avanço da pesquisa é em Noronha, que já conta com um projeto de centro de pesquisa pronto.

José Pedro de Oliveira (SBIO/MMA) ressaltou que o reconhecimento da ZEE de Trindade como uma nova área protegida poderá reforçar a soberania nacional. Reforçou o compromisso brasileiro de proteção de 10% da área marinha e que isso pode ser alcançado dando benefício para todos os

envolvidos (Marinha, Defesa, MCTIC, MMA). Prospectou que se forem criadas áreas protegidas nas ZEEs de São Pedro e São Paulo e Trindade o Brasil alcançaria 23% de proteção em sua área marinha.

Andrei Polejack (MCTIC) destacou ainda importância da foz do rio Amazonas, como a maior área de manguezais do planeta e um oásis da pesca no Brasil, mas que, em contrapartida apresenta falta de dados disponíveis para a região. Observou que devem ser observadas as ações descritas no PPA Programa de Oceanos, Zona costeira e Antártica, bem como na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e no Plano de Ação de Ciência Tecnologia e Inovação para os Oceanos, com componente exclusivamente dedicado a biodiversidade, fortemente vinculados aos ODS. Informou que o MCTIC desenvolveu uma estratégia até 2030 e até 2050, considerando a ciência voltada para a atividade fim de quem está na base e como aporte para Políticas Públicas, dando como exemplo as discussões integradas sobre o coral-sol. José Pedro de Oliveira (SBio/MMA) solicitou que os resultados da discussão na CIRM sobre coral-sol fossem encaminhados à SBio/MMA, e Andrei Polejack (MCTIC) se disponibilizou a fazer esse encaminhamento.

Adriana Moreira (BIRD) retomou o encaminhamento dado anteriormente solicitando reunião preparatória com MMA e MME para apontar sugestões de encaminhamento e posterior reunião de alto nível com GEF e Petrobrás. José Pedro de Oliveira (SBIO/MMA), que não estava presente no momento do encaminhamento, agradeceu o posicionamento e se colocou à disposição para a articulação, informando que envolverá a Secex e o Ministro. Na sequência, sugeriu articulação também com o IBAMA para discutir a possibilidade de recursos de conversão de multas.

Adriana Moreira (BIRD) lembrou da necessidade de eficiência no uso dos recursos e de definição de prioridades para o Projeto, como foco na estratégia do mesmo. Embora considere Reservas da Biosfera importantes, reconhece que é um instrumento de gestão e não é considerada para a meta de criação do Projeto. Sua importância se dá, principalmente, por contemplar a paisagem marinha e a visão de gestão integrada e na constituição de mosaicos.

Em relação ao artigo do João Lara Mesquita, Carlos Alberto Santos (CONFREM) informou que a série de vídeos feitos pelo Programa Mar Sem Fim, do mesmo autor, contradizem as informações colocadas na reportagem exaltando a importância das Resex, e sugeriu que seja feita uma compilação dessas contradições como forma de apontar as incoerências. José Pedro de Oliveira (SBIO/MMA), sugeriu que a CONFREM envie uma carta para o jornal que publicou o artigo apontando essas contradições e a visão da CONFREM sobre o assunto. Da mesma forma, informou que o MMA já está trabalhando em um artigo apresentando as visões e ações do MMA para a área marinha.

Recomendações

8. MCTIC: encaminhar os resultados da discussão na CIRM sobre coral-sol à SBio/MMA;
9. UCP/MMA: articulação com o IBAMA para discutir a possibilidade de recursos de conversão de multas para o Projeto;

Na sequência da pauta, Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) apresentou o andamento das atividades de consolidação de UCs federais (anexo).

Maria Teresa Gouveia (Instituto Coral Vivo) questionou sobre a flexibilidade de direcionamento do recurso entre as linhas de ação para consolidação quando uma ação não está sendo executada e como o conselho das UCs era envolvido nesse processo. Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) esclareceu que é possível fazer esse redirecionamento, mas que antes se verifica o motivo da baixa execução, uma vez que algumas vezes ela ocorre porque a atividade precisa de pouco recurso e outras porque está ocorrendo algum entrave na ação. Também esclareceu que o envolvimento com o conselho das UCs é realizado por meio do gestor da UC. Acrescentou ainda, que durante o planejamento das atividades da UC o Plano Operativo é discutido com o conselho, pontuando que essa etapa de planejamento é uma etapa longa que inclui oficinas em Brasília, retornos para as UC e conselhos e consolidação com todos os atores.

José da Conceição (CONFREM) levantou que o tempo para o planejamento junto aos atores locais é pouco e que deveria ter mais tempo para que toda a articulação pudesse ser realizada. Ressaltou a

importância de que a coordenação do Projeto leve em conta os prazos adequados para o processo participativo, levando de volta à base após processos de construção em Brasília.

Luiz Ferraro (ABEMA) questionou se tem sido pensado como melhorar os Plano de Manejo existentes, uma vez que já se diagnosticou grandes falhas para sua utilização. Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) informou que o ICMBio tem trabalhado com uma nova metodologia, estruturada na elaboração de cadernos específicos para cada macroprocesso, de forma a tornar o Plano de Manejo mais adaptativo e aplicável. Tal metodologia se baseia em levantamentos secundários e nas reuniões de conselho onde são definidas as ações. Essa metodologia também diminui os custos, uma vez que geralmente demanda apenas a contratação de uma consultoria para geoprocessamento, uma para sistematização dos dados e um moderador. Luiz Ferraro (ABEMA) sugeriu que um desses cadernos deveria incluir um plano de concertação, principalmente para os Planos de Manejo de APAs, que precisam focar nos conflitos. Maria Teresa Gouveia (Coral Vivo) informou que eles também têm trabalhado com metodologia semelhante. Ana Paula Prates (COPAN/ICMBio) lembrou que a metodologia para a elaboração dos Planos e Ação Nacional – PAN, também é semelhante.

Recomendações

10. UCP: atentar para a efetividade da participação local nos processos de planejamento do Projeto;

Em relação à pauta de discussão sobre o papel e funcionamento do conselho, incluída no início da reunião, Carlos Alberto Santos (CONFREM) questionou o papel do conselho e a viabilidade de que as discussões sejam de fato aprofundadas em apenas um encontro de um dia a cada semestre. Sugeriu que na pauta da próxima reunião do conselho seja incluso um espaço para a fala de cada representante para que eles possam trazer para o Conselho as demandas do grupo que representam. Marina Corá (WWF) concordou que seria importante um espaço para os representantes falarem sobre sua visão e trazerem suas contribuições. Carlos Alberto Santos (CONFREM) propôs que a reunião do conselho fosse realizada em dois dias, para que pudessem ser apresentados e discutidos de forma mais aprofundada.

Adriana Moreira (BIRD) esclareceu que o Conselho é um fórum de discussão do Projeto muito importante, mas que por questões operacionais não pode ser deliberativo. Entretanto, mesmo como consultivo é de extrema importância para discussão de grandes estratégias e orientações a serem seguidas pelo projeto. Aproveitou para lembrar que o Projeto conta com outras instâncias para discussões operacionais rotineiras, como o Comitê Operacional e os Grupos Técnicos de Trabalho. Sugeriu que os beneficiários diretos do Projeto devem ter um fórum específico de discussão, criado pelo COP. A função do Conselho é orientar essas discussões. Além disso, as visitas de campo realizadas durante as Missões ajudam os doadores, gestores e coordenadores do Projeto a entender o processo e as dificuldades locais. O Conselho, nessa formação, não entra nesse nível de detalhe. Sua função é de dar orientações estratégicas de políticas e articulação com diferentes setores, e apoiar articulações intersetoriais que impedem o avanço do projeto. Esse caráter e atribuições do Conselho estão descritos no MOP e no regimento interno, com objetivos claros (documentos legais). Nesses documentos, também se descreve o papel dos Comitês e Grupo Técnicos de Trabalho (a serem criados pelo Comitê Operacional do Projeto - COP para resolver questões específicas), assim como da Unidade de Coordenação do Projeto - UCP, Unidade de Implementação do Projeto - UIP e Unidade de Gestão financeira do projeto - UGP. As regras de funcionamento dessas instâncias são acordadas com o BIRD e o GEF. Dessa forma, sugeriu que ao convidar os representantes para a reunião do conselho, a UCP circule tais documentos, esclarecendo a função do Projeto e do fórum. Da mesma forma, o Funbio é fiscalizado para cada ação que é realizada, de forma que as atividades realizadas pelo Projeto precisam de não objeção do MMA, ICMBio, Funbio e BIRD (que deve responder ao GEF). Hoje em dia, devido à situação atual do Brasil, essa fiscalização está mais rígida. O BIRD e o Funbio estão tentando flexibilizar ao máximo algumas exigências, mas existem alguns limites do GEF e as alterações exigem tempo. Por fim, sugeriu que as discussões mais operacionais

pudessem também ser discutidas nas Missões de Supervisão do Projeto, ou que fossem feitas consultas formais ao Banco sobre essas questões.

Warwick Manfrinato (DAP/MMA) relembrou que o GEF-Mar é um Projeto que tem pretensão de vir a ser um Programa, quando outras questões poderão ser incluídas. Atualmente, é importante usar outros fóruns de discussão, como os Grupos Técnicos de Trabalho para direcionar as discussões.

Luiz Ferraro (ABEMA) ponderou que é possível trabalhar num meio termo entre discussões muito detalhadas e uma discussão muito geral. Colocou que a intenção da ABEMA no Conselho é participar para partilhar informações e contar com contribuições. Entende que as discussões de um Projeto ajudam a desenvolver métodos e caminhos que não estão sendo desenvolvidos, de forma que deveria se aproveitar o Conselho para discussões e aportes dos diferentes setores. Entende que para que isso seja feito, é necessário um espaço maior.

Andrei Polejack (MCTIC) concordou que o Projeto precisa de uma instância estratégica de decisão, que é o Conselho, onde não cabem discussões estritamente operacionais e também que o Conselho deve fazer recomendações estratégicas que devem ser consideradas na condução do Projeto.

Maria Teresa Gouveia (Coral Vivo) reforçou a diferença entre recomendação, que demanda uma atitude ou um retorno de porque não foi realizado, e sugestão, que não necessariamente será considerada. Reconheceu que as discussões no Conselho estão sendo entendidas como recomendações e que estão sendo dadas os retornos delas nas reuniões posteriores, assim como os conselheiros estão recebendo as orientações e documentos do Projeto para poderem contribuir apropriadamente. Sugeriu que sejam criados Grupos Técnicos de Trabalho para temas específicos e que seja feita uma reunião prévia desses GTTs antes da Reunião do Conselho. Por fim, questionou se os GTTs podem ser criados pelo conselho ou devem ser criados pelo COP.

Adriana Moreira (BIRD) ressaltou que as recomendações dadas pelo conselho são consideradas e respondidas, e que o diálogo é muito importante. Acrescentou ainda que dependendo da recomendação o BIRD e o GEF devem ser consultados e, se extrapolar o escopo do Projeto, podem informar que seria preciso uma reestruturação do Projeto para ser atendido. Essa reestruturação é possível, mas bem mais demorada. Esclareceu que se houver recomendação do conselho para criar um GTT, o COP poderá criar, uma vez que é uma demanda factível e prevista no desenho do Projeto.

Carlos Alberto Santos (CONFREM) esclareceu que as questões trazidas das comunidades não são pontuais, mas consolidadas pelos representantes das diferentes regiões do Projeto, e que tem como objetivo propor ferramentas eficazes para a melhoria de sua execução. Relembrou ainda, a necessidade de atentar para o cumprimento das salvaguardas do Projeto. Sugeriu que fosse criada uma instância intermediária de diálogo com os beneficiários do projeto ou que sejam realizadas reuniões regionais, com um ponto focal por região que possa puxar essa articulação. Sugeriu ainda que o Funbio deveria ser o elemento de ligação, uma vez que ele está envolvido com as questões discutidas.

Fernanda Marques (Funbio) pontuou que o Comitê Operacional do Projeto (COP) visa trabalhar essas questões operacionais, e que as reuniões poderiam ser ampliadas para a participação de outros atores. Relembrou que a visão do Projeto pensava nessa regionalização e que inclusive para o Funbio isso seria importante, uma vez que tem recebido as demandas de forma muito pulverizada. Entende que reuniões a cada seis meses são muito distantes, mas que mensalmente é difícil de viabilizar. Sugeriu que fossem pensadas reuniões bimensais por região, ou que fosse considerada uma mais ampla, de todos os beneficiários, para direcionar e ver se são necessárias as reuniões regionais.

Renato Sampaio (MME) sugeriu criar um sitio eletrônico para disponibilização das informações

Carlos Alberto Santos (CONFREM) questionou como seria possível sugerir ajustes para revisão de meio termo do Projeto.

Adriana Moreira (BIRD) informou que está sendo contratada uma avaliação independente que fará um relatório que servirá de base para a discussão na missão de meio termo. Esclareceu que geralmente as propostas dessa revisão vão em direção ao desenho do Projeto, avaliação dos indicadores, uso dos recursos e como melhorar mecanismos para aumentar eficiência no uso dos recursos. Algumas questões já levantadas são: criação e contrapartida da Petrobras. Pontuou que para essa missão será avaliado o avanço nas metas do Projeto, incluindo a execução dos recursos de doação e contrapartida. Reforçou que

o consultor contratado irá conversar com todos os envolvidos no Projeto, principalmente os beneficiários, para levantar esses dados, e que seria importante que todos participassem da missão de revisão.

Fernanda Marques (Funbio) pontuou que para ajustes do dia a dia não é necessário esperar a avaliação de meio termo.

Warwick Manfrinato (DAP/MMA) acolheu as sugestões, ponderou que o projeto conta com uma estrutura de governança que precisa ser seguida e que a UCP irá buscar, junto ao COP, o ajuste no formato e pauta da reunião e a implementação dos outros fóruns de discussão. Também informou que as todas as informações do Projeto (incluindo as atas e apresentações das reuniões) já se encontram disponíveis na página do Projeto no site do MMA.

Recomendações

11. UCP: ajustar o formato e pauta das reuniões do CP considerando sugestões dos conselheiros:
 - a. incluir na pauta espaço para a fala de cada representante para que possam trazer para o Conselho as demandas do grupo que representam;
 - b. circular documentos que definem papel e funcionamento do CP junto com convite para a reunião do CP;
12. COP: verificar qual o melhor formato e implementar outros fóruns de discussão previstos no Projeto para discussões levantadas pelos conselheiros, considerando sugestões apresentadas:
 - c. fórum para os beneficiários diretos do Projeto;
 - d. inclusão de discussões operacionais nas Missões de Supervisão do Projeto;
 - e. formalização de consultas formais ao Banco sobre questões operacionais;
 - f. Grupos Técnicos de Trabalho (GTT) para temas específicos;
 - g. reunião prévia dos GTTs antes da Reunião do Conselho;
 - h. reuniões regionais, bimensais, com um ponto focal por região que possa puxar essa articulação, articuladas com o Funbio;
 - i. ampliação da participação nas reuniões do Comitê Operacional do Projeto (COP);
 - j. contribuição com a avaliação de meio termo do projeto por meio das entrevistas com o consultor contratado;

Dando sequência da pauta Daniela Leite (Funbio) fez uma apresentação sobre a execução financeira do Projeto (anexo).

Maria Teresa Gouveia (Coral Vivo) questionou se os bolsistas possuem um Plano de Trabalho e como ele é fiscalizado. Daniela Leite (Funbio) informou que todo bolsista tem um plano de trabalho, orientado e acompanhado por seu supervisor na UC, coordenação do ICMBio ou centro de pesquisa. Esclareceu que o processo segue as normas de bolsas de pesquisa nacionais.

Adriana Moreira (BIRD) apontou que a avaliação da execução por executor é importante por apresentar a execução regionalizada.

Carlos Alberto Santos (CONFREM) questionou a possibilidade de inclusão de novas UCs no Projeto. Adriana Moreira (BIRD) esclareceu que a questão pode ser discutida na revisão de meio termo, mas que dificilmente será aceito, uma vez que ainda precisam ser avançadas outras linhas do Projeto.

Carlos Alberto Santos (CONFREM) ressaltou que antes do Projeto GEF-Mar havia uma grande demanda por projetos voltados para as UCs costeiras e marinhas e que por isso é importante que o projeto traga resultados concretos para as UCs (independente da esfera) funcionarem e apoio para a criação das Resex. Ressaltou a importância de agir como aliados, apontar os erros e agir conjuntamente nas soluções, fazendo boas alianças. Adriana Moreira (BIRD) lembrou que a ideia da iniciativa azul visa aproveitar um ambiente favorável para as áreas marinhas, e que as discussões desse Conselho são orientadoras nesse sentido. Pontuou a necessidade de implementação de uma plataforma de financiamento que não seja composta exclusivamente de recursos do GEF, da mesma forma que o Programa ARPA, que conta com uma diversificação de doadores. Ressaltou que o conceito de Resex é

fundamental e tem sido defendido pelo BIRD como modelo de conservação, inclusão social, redução de pobreza e forma de assegurar recursos para populações tradicionais.

Em relação à Iniciativa Azul, Andrei Polejack (MCTIC) externou sua preocupação em pesar uma estratégia abrangente como essa sem ter uma estratégia científica acoplada. Ressaltou que no ambiente marinho isso é muito importante e que embora não possa ser apoiado por recursos do GEF, pode ser apoiado por outras fontes. Também colocou sua preocupação de que as pesquisas apoiadas na iniciativa sejam necessariamente voltadas para a conservação, podendo gerar conflito para direcionamento do recurso. Entende que um fundo específico do GEF não teria conflito pois era específico para ações de conservação, mas que uma iniciativa que também conte com outras fontes para pesquisa deve ser bem articulada pois pode levar a competição de recursos. Ana Paula Prates (COPAN/ICMBio) pontuou que de fato é difícil incluir no GEF fontes de recurso para pesquisa, mas que é importante incluir na iniciativa fontes de recursos para os programas de pesquisa da SECIRM, por exemplo.

Renato Sampaio (MME) informou que o MME conversou com Agência Nacional de Petróleo (ANP) para cadastramento do IBAMA para poder receber de Pesquisa e Desenvolvimento. Maria Teresa Gouveia (Coral Vivo) e Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) questionaram se também é possível o cadastramento do ICMBio e solicitaram um retorno do MME sobre a questão.

Renato Sampaio (MME) ressaltou também a insegurança jurídica de contar com a implementação de recursos de compensação ambiental, uma vez que as empresas não querem aplicar a implementação direta. Julia Zapata (DIMAN/ICMBio) informou que o ICMBio está tentando solucionar essa questão via medida provisória, mas que isso ainda está em andamento.

Warwick Manfrinato (DAP/MMA) esclareceu que a iniciativa azul é uma estratégia de múltiplos fundos com finalidades diferentes, mas cujo objetivo final é a conservação.

Como um ponto fora de pauta, Renato Sampaio (MME) retomou o tema da proposta da Reserva da Biosfera Vitória-Trindade ponderando que a área proposta inclui blocos da reserva 14 e pré-sal, questionando se a proposta vai ser encaminhada ao MaB/UNESCO até dia 30, como primeiramente anunciado pelo MMA. Reforçou que deve ser feita uma discussão prévia anterior à proposição, para conciliação de áreas de conservação e uso.

Warwick Manfrinato (DAP/MMA) esclareceu que a Reserva da Biosfera não restringe o uso, uma vez que faz parte do Programa MaB (Homem e Biosfera) da UNESCO, não havendo exclusividade para conservação. De qualquer forma, também informou que foi enviado e-mail pra MME e Marinha com considerações sobre a proposta, solicitando complementações e ajustes, no qual é informado que aguarda contribuições da Marinha e MME para que a proposta possa ser enviada até o dia 30. Renato Sampaio (MME) ressaltou que a postura do MME não é protelatória e que estão abertos e disponíveis para conversar antes do dia 30. Andrei Polejack (MCTIC) pontuou que também gostaria de ser incluído na discussão da RB Vitória Trindade, uma vez que o MCTIC monitora o caminho da cadeia vitória trindade a 14 anos, com navios que vão anualmente fazer esse monitoramento, e que acredita que esses dados não foram considerados

Em relação à contrapartida da Petrobras, ainda pendente ao projeto, Renato Sampaio (MME), reforçou que concorda com a necessidade de definição da contrapartida, mas que a Petrobras possui governança própria e que a articulação deve ser feita diretamente com a empresa. Sugeriu que o melhor lugar para essa discussão seria a CIRM, por ter todos os atores envolvidos com possibilidade de articulação.

Recomendações

13. MMA e ICMBio: pensar em uma estratégia de pesquisa científica para a iniciativa azul e incluir programas de pesquisa da CIRM;

Ao final da reunião, foram repassadas as recomendações da reunião anterior para verificação daquelas que ainda não tinham sido respondidas. A sistematização desses encaminhamentos encontra-se ao final dessa ajuda memória.

Luiz Ferraro (ABEMA) pontuou que está disponível para apoiar nas articulações que envolvam relações com os estados, mas que é importante uma demanda específica da coordenação do Projeto.

Em relação à recomendação 10, Andrea Varella (DESP/MMA) informou que a questão será encaminhada na reunião da CIRM de 16 de outubro.

Em relação à recomendação 12, Luiz Ferraro (ABEMA) informou que na maioria dos estados os dados não estão disponíveis e digitalizados. Será necessária uma articulação com ICMBio (DIBIO) para identificar como adquirir esses dados. Renato Sampaio (MME) lembrou da importância de utilizar também os dados do IBAMA dos licenciamentos federais.

Em relação à recomendação 13, Carlos Alberto Santos (CONFREM) reforçou a necessidade desse processo de forma participativa. Andrea Varella (DESP/MMA) reforçou que vão considerar a fragilidade dos dados secundários como estudos preliminares, que é o que é possível fazer com o recurso atual. Em paralelo pode ser pensado em um projeto para gerar dados primários da pesca artesanal e melhorar o PREPs, atualizando os dados secundários. Mariana Cora (WWF) informou que o sistema de inserção de dados secundários para a revisão das áreas prioritárias é feita pelos próprios atores envolvidos (pesquisadores, ONGs, etc).

Para a próxima reunião do conselho, foi sugerido o mês de março de 2018. No período entre as reuniões, as respostas e andamento sobre os encaminhamentos feitos pelo Conselho do Projeto serão feitos a distância.

Anexo 1. Acompanhamento das recomendações da segunda reunião:

Recomendações				
Nº	O QUE	QUEM	QUANDO	Acompanhamento
1	Encaminhar os relatórios para a Petrobrás, para que eles pudessem mostrar as informações nas articulações que estão sendo realizadas dentro da empresa.	UCP/DAP	Abril de 2017	Realizado na semana seguinte à reunião
2	Realizar nova reunião com a Petrobrás para dar continuidade às negociações.	UCP/DAP		Realizadas reuniões e trocas de ofícios
3	Diálogo com as instituições estaduais para levantamento de informações para revisão das áreas prioritárias e entrar em contato com outros estados, para saber do interesse em participar do processo;	DECO/SBIO/MMA; ABEMA	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA	Realizado como parte da metodologia de revisão das áreas prioritárias
4	Incluir mapeamento de usos na revisão das áreas prioritárias.	DECO/SBIO/MMA;	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA	Incluído a partir de dados secundários, como parte da metodologia de revisão das áreas prioritárias
5	Inclusão de representantes das comunidades no processo de revisão das Áreas Prioritárias;	DECO/SBIO/MMA;	Durante o processo de Revisão que será executado pelo DECO/MMA	Realizado como parte da metodologia de revisão das áreas prioritárias
6	Encaminhar o cronograma do processo de revisão das áreas prioritárias ao Conselho.	DECO/SBIO/MMA		Apresentado na 3ª reunião do CP
7	Envolver outras instituições desde o começo do processo de revisão.	DECO/SBIO/MMA		Realizado como parte da metodologia de revisão das áreas prioritárias, que conta com momentos específicos para cada ator
8	Articulação com Petrobras para obtenção dos dados previstos na contrapartida para os trabalhos que serão realizados dentro do projeto, como a revisão das áreas prioritárias e a definição das ACREs;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBIO/MMA; DESP/SBIO/MMA		Realizadas reuniões e trocas de ofícios. Articulação será mantida, agora em alto nível.
9	Coordenar a implementação de ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação.	DESP/SBIO/MMA		Planos de recuperação sendo elaborados. Texto da recomendação revisto na 3ª reunião do CP
10	Diálogo com o setor responsável da Marinha para atualização da delimitação das UCs marinhas nas Cartas Náuticas (Proteção	UCP/DAP/MMA; UIP/ICMBIO; UCs	Antes e durante de iniciar os processos de	Será discutido na reunião do CIRM de 16 de outubro de

Recomendações				
	Integral e Uso Sustentável);		verificação de limites das UCs.	2017
11	Reforçar a articulação entre os ministérios para otimizar esforços em trabalhos que podem estar sendo duplicados, como é o caso do mapeamento da pesca artesanal e industrial;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBIO/MMA; DESP/SBIO/MMA	Durante os processos de Revisão de Áreas Prioritárias e Definição das ACREs que será executado pelo DECO/MMA e DESP/MMA	A articulação vem sendo realizada por meio das seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none"> • como parte da metodologia de revisão das áreas prioritárias; • troca de informações entre MMA e MDIC sobre as consultorias a serem contratadas, não detectando trabalho duplicado; • articulação entre DESP/MMA, DECO/MMA e ICMBIO para execução das atividades do Projeto; • inclusão de ações integradas no plano de trabalho do REVIMAR, aprovado pela CIRM.
12	Fazer articulação com os estados e IBAMA para obter informações e dados usados do licenciamento;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBio/MMA		Realizado como parte da metodologia de revisão das áreas prioritárias. Verificar como podem ser obtidos dados que não estão digitalizados
13	Atentar para a necessidade de informações mais confiáveis sobre as áreas de pesca, principalmente artesanal;	UCP/DAP/MMA; DECO/SBIO/MMA; DESP/SBIO/MMA; UIP/ICMBio;	Durante os processos de Revisão de Áreas Prioritárias e Definição das ACREs que será executado pelo DECO/MMA e DESP/MMA	Estudos consideram dados secundários devidos às limitações de tempo e orçamentária, mas reconhecem a limitação desses dados e necessidade de pensar em projetos que permitam a geração de novos dados

Recomendações				
14	Aprimorar os procedimentos de operacionalização dos recursos pelo FUNBIO.	FUNBIO	Durante execução no Projeto.	Mecanismos novos implementados apresentados na 3ª reunião do CP
15	Reunião entre ICMBIO e MMA para analisar a minuta do edital e verificar a pertinência da publicação.	UCP/DAP/MMA; UIP/ICMBIO; COPAN/DIBIO	Maio/2017	Selecionadas regiões e propostas federais já previstas no planejamento do Projeto
16	Analisar a possibilidade de trabalho voluntário para execução de algumas atividades do projeto, como é feito pelo programa de voluntariado do ICMBio.	UCP/DAP/MMA; UIP/ICMBIO	Junho/2017	Apresentação do programa de voluntariado do ICMBio na 3ª reunião do CP
17	Nos processos de criação, apoiar tanto audiência como consulta pública;	UCP/DAP/MMA	Durante o processo de análise das propostas de Criação de UCs.	Será realizado quando for o momento
18	Envolver o Conselho de Defesa Nacional, se forem criadas UCs em áreas que eles estiverem envolvidos;	UCP/DAP/MMA	Durante o processo de análise das propostas de Criação de UCs.	Será realizado quando for o momento

]Anexo 2. Recomendações da terceira reunião:

ENCAMINHAMENTOS			
ITEM	O QUE	QUEM	QUANDO
1	Ajustar a recomendação número 09, da ajuda memória da reunião anterior, para: “coordenar a implementação de ações de ordenamento específico para espécies/áreas com necessidade de recuperação”	UCP/MMA	imediate
2	Enviar ao DECO/MMA uma relação com os objetivos das dez consultorias contratadas na área de gestão pesqueira e seus resultados à medida que sejam desenvolvidas	Secretaria de Pesca	Outubro/2017
3	Considerar quais sugestões apresentadas pelos conselheiros podem ser incorporadas pela metodologia de revisão de Áreas Prioritárias para a Conservação: <ul style="list-style-type: none"> a. cartografias sociais feitas junto com comunidades; b. cartas náuticas; c. mapa do diagnóstico da zona costeira, elaborado no âmbito da CIRM; d. metodologia Socmon; inclusão de informações de diversos setores, permitindo a análise e a elaboração de mapas de áreas prioritárias para outras frentes como pagamentos por serviços ambientais, pesca artesanal, entre outros	DECO/MMA	Novembro/2017

ENCAMINHAMENTOS			
4	Apresentar as ações de revisão das áreas prioritárias no Revimar	MMA	Outubro/2017
5	Pensar em estratégia de melhorar o sistema PREPs para fornecimento de dados futuros	MMA, MDIC, IBAMA e Marinha	2017/2018
6	Verificar discrepâncias do Sistema PREPS e elaborar proposta de modernização do sistema	Marinha	Março/2018 (próxima reunião do CP)
7	Realizar reunião para discutir contrapartida da Petrobras e articulação em alto nível para solucionar a questão	MMA e BIRD	Outubro/2017
8	Encaminhar os resultados da discussão na CIRM sobre coral-sol à SBio/MMA	MCTIC	Outubro/2017
9	Articulação com o IBAMA para discutir a possibilidade de recursos de conversão de multas para o Projeto	UCP/MMA	Outubro-Dezembro/2017
10	Atentar para a efetividade da participação local nos processos de planejamento do Projeto	UCP/MMA	Durante etapa de planejamento
11	Ajustar o formato e pauta das reuniões do CP considerando sugestões dos conselheiros: <ul style="list-style-type: none"> a. incluir na pauta espaço para a fala de cada representante para que possam trazer para o Conselho as demandas do grupo que representam; b. circular documentos que definem papel e funcionamento do CP junto com convite para a reunião do CP 	UCP/MMA	Prévio à próxima reunião do CP
12	Verificar qual o melhor formato e implementar outros fóruns de discussão previstos no Projeto para discussões levantadas pelos conselheiros, considerando sugestões apresentadas: <ul style="list-style-type: none"> a. fórum para os beneficiários diretos do Projeto; b. inclusão de discussões operacionais nas Missões de Supervisão do Projeto; c. formalização de consultas formais ao Banco sobre questões operacionais; d. Grupos Técnicos de Trabalho (GTT) para temas específicos; e. reunião prévia dos GTTs antes da Reunião do Conselho; f. reuniões regionais, bimensais, com um ponto focal por região que possa puxar essa articulação, articuladas com o Funbio; g. ampliação da participação nas reuniões do Comitê Operacional do Projeto (COP); h. contribuição com a avaliação de meio termo do projeto por meio das entrevistas com o consultor contratado 	COP	Outubro-Dezembro/2017
13	Pensar em uma estratégia de pesquisa científica para a iniciativa azul e incluir programas de pesquisa da CIRM	MMA e ICMBio	Outubro-Dezembro/2017